



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PARA ESTUDAR SOBRE ABASTECIMENTO HÍDRICO RELATÓRIO FINAL

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 19/12/20
Hora: 13:05:00

1 Introdução

Nobres pares,

Agradeço a oportunidade e confiança para proceder a relatoria desta comissão especial, em continuidade aos trabalhos desenvolvidos na Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou os riscos ao abastecimento hídrico de Belo Horizonte e região metropolitana devido ao rompimento da Barragem B1 em Brumadinho em janeiro de 2019.

1.1 Composição

Presidenta: vereadora Bella Gonçalves.

Relator: vereador Irlan Melo

Demais membros titulares: vereadores Edmar Branco, Gabriel e Wesley Autoescola

Suplentes: Vereadores Carlos Henrique, Professor Juliano Lopes, Bim da Ambulância, Pedrão do Depósito e Catatau do Povo

1.2 Antecedentes

Comissão originária da aprovação do Requerimento nº 829/19, de autoria dos vereadores Arnaldo Godoy; Ver.(a) Bella Gonçalves; Ver.(a) Bim da Ambulância; Ver.(a) César Gordin; Ver.(a) Cida Falabella; Ver.(a) Coronel Piccinini; Ver.(a) Dimas da Ambulância; Ver.(a) Edmar Branco; Ver.(a) Fernando Luiz; Ver.(a) Flávio dos Santos; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Hélio da Farmácia; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Maninho Félix; Ver.(a) Mateus Simões; Ver.(a) Pedro Patrus; Ver.(a) Ramon Bibiano da Casa de Apoio; Ver.(a) Ricardo da Farmácia; Ver.(a) Ronaldo Batista; Ver.(a) Wesley Autoescola.

Fato motivador da proposição da comissão: conforme requerimento do qual se originou a comissão, a mesma teve por objetivo principal promover estudos relativos às ações destinadas à garantia do abastecimento hídrico de Belo Horizonte, com ênfase para o cumprimento das



medidas previstas no Termo de Compromisso firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Vale S.A, com interveniência da Aecom do Brasil LTDA, do Estado de Minas Gerais, da Copasa MG e do Ministério Público Federal, em 08 de julho de 2019.

2 Objetivos do estudo

Avaliar os impactos das ações destinadas à garantia do abastecimento hídrico de Belo Horizonte, dentre eles os ambientais, orçamentários e à saúde pública. Ainda, o acompanhamento, estudo e fiscalização dos encaminhamentos constantes do Relatório Final da CPI - Barragens (Requerimento 10/2019), tais como a apresentação do Plano de Contingência Operacional, elaborado pela COPASA, para o caso de necessidade de racionamento e rodízio de água em Belo Horizonte; bem como a retomada dos trabalhos da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo por objetivo o debate e a tomada de providências acerca da segurança hídrica, dentre outros.

Além disso, abordar demais riscos à segurança do abastecimento hídrico do município, como o advindo de eventual rompimento de barragens de rejeitos de mineração, principalmente no Sistema Rio das Velhas.

3 Metodologia e cronograma de trabalho

Para a consecução dos objetivos da comissão de estudo, o Plano de Trabalho previu a aprovação de requerimentos diversos; oitivas de testemunhas, de autoridades pública, e de especialistas; e realização de diligências, entre outras providências. Além das ações citadas previstas poderiam ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidência, Relatoria e Plenário desta Comissão.

Foram realizadas dez reuniões até a aprovação do relatório final.

Foram enviados nove pedidos de informação, sendo seis com resposta e três arquivados sem resposta, porém um desses últimos obteve uma resposta após o prazo.

4 Dos trabalhos desenvolvidos

No dia 05/08/2020 houve uma reunião com convidados cujo objetivo foi apresentar para os presentes denúncia acerca de atividade minerária irregular nos bairros Taquaril e região da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Serra do Curral. Na oportunidade contamos com a presença do Sr. Gustavo Gazzinelli, membro representante da Câmara Técnica do Conselho Estadual de Recursos Hídricos pelo Instituto Guaicuí.

Em sua exposição foram apresentados os Boletins de Ocorrência da operação realizada pela Polícia Militar Florestal, SEMAD e Polícia Federal na qual foram autuadas em flagrante as empresas VALEFORT COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA., FLEURS GLOBAL MINERAÇÃO LTDA. e PORTO LOG TRANSPORTE LOGÍSTICO LTDA. flagradas realizando extração mineral irregular na estrada que liga Belo Horizonte, Sabará e Nova Lima. As empresas tiveram caminhões e retroescavadeiras apreendidos com carregamento de minério clandestino, e outros quinze caminhões no interior da empresa FLEURS GLOBAL MINERAÇÃO LTDA. também apreendidos com minério de ferro. Esta última empresa apenas apresentou licença que havia sido emitida para realização de obras de terraplanagem para a construção de garagens e estruturas para abrigo de caminhões e retroescavadeiras. Porém a operação constatou uma grande quantidade de minério extraído para comercialização clandestinamente e também que inquérito da polícia federal indicou que ambas as empresas eram pertencentes ao mesmo grupo econômico e já haviam obtido lucros na casa dos 40 milhões ou superior a isso. A referida ação da justiça federal determinou o bloqueio de bens dos proprietários dessa empresas.

Gustavo apresentou tais instalações por meio de mapas onde pudemos perceber a proximidade física dos empreendimentos com a mina Corumi, da mineradora Pau Branco (Empabre), que também já vinha sendo alvo de investigações pela atividade ilegal executada através da licença obtida com o fim de executar o plano de recuperação ambiental de áreas degradadas, esta última mineradora aprofundou ainda mais a cava de exploração, extraindo quantidades exorbitantes de minério e comercializando de forma clandestina.

Maior preocupação reside ainda em pedido de licenciamento ambiental para o mega empreendimento da Taquaril Mineração com o projeto de abertura da Cava Norte.

Gustavo apresentou trechos de seu Estudo de Impacto Ambiental - EIA - que demonstra notadamente a intenção da empresa de ir ainda mais longe, promovendo a integração e de todas atividades irregulares da região, suspeita-se. Através do EIA do projeto, foi possível conhecer o tamanho do impacto que o empreendimento traria para todo o entorno, comprometendo a existência da Serra do Curral e a saúde do Rio das Velhas com forte presença de rejeitos de mineração.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

As denúncias apresentadas tem ocasionado até mesmo ameaças e ações de intimidação por parte das empresas a ativistas e ambientalistas que vem atuando no caso.

Como encaminhamento da reunião solicitamos informações à COPASA sobre os impactos das atividades na captação de água de Bela Fama e, com relação às intimidações, a denúncia será apresentada na Comissão de Direitos Humanos da ALMG.

Solicitamos também pedido de informações à SEMAD acerca dos processos e autos de infração correntes sobre as empresas em questão além da existência de novos pedidos de licenciamentos, que nos foram encaminhados posteriormente.

Finalmente questionamos também à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte sobre a existência de pedidos de licenciamento referentes ao mega empreendimento da Taquaril Mineração no município, para o qual obtivemos resposta de que não consta ali nenhum processo em aberto.

4.1 Resumo das principais respostas aos Requerimentos de Comissão

I. Requerimento de Comissão nº: 434/2020

Objetivo: solicitar informações à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA - sobre o Plano Emergencial de Contingenciamento Hídrico para garantir a segurança hídrica de Belo Horizonte.

Pontos principais da resposta da COPASA:

- Para garantia da segurança hídrica do abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, a COPASA MG identificou um conjunto de obras estruturantes que visam à obtenção da resiliência hídrica para o abastecimento à população, no caso de um novo rompimento de barragens que possa atingir a captação do rio das Velhas. Os estudos de viabilidade técnica-ambiental e o desenvolvimento de projetos básicos de engenharia destas obras estruturantes são objeto de um Termo de Compromisso firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a VALE S.A., tendo como intervenientes a AECOM, o Estado de Minas Gerais, a COPASA MG e o Ministério Público Federal, assinado em 07/02/2020, atualmente em andamento;
- Quanto ao atraso na implantação pela VALE S.A. da Nova Captação no Rio Paraopeba, ressalta-se que, em função dos grandes índices pluviométricos observados na RMBH, no final de 2019 e início de 2020, houve expressiva recuperação e vertimento dos três reservatórios que compõem a Bacia do Paraopeba, o que confere à COPASA MG maior



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

garantia de disponibilização de água para a população no período de estiagem de 2020. Embora os níveis dos reservatórios do Sistema Paraopeba ainda estejam com aproximadamente 85% de sua capacidade, todos os esforços estão sendo enviados para que a conclusão das obras ocorra o mais rápido possível;

- Quanto à instalação da barreira física de proteção da captação de Bela Fama, informa-se que tanto o projeto quanto as obras foram executadas pela VALE S.A, tendo sido concluídas em dezembro/2019. As obras foram executadas com recursos financeiros da VALE S.A e sobre o montante investido, a COPASA MG não tem conhecimento;
- Quanto à adutora de transferência entre os reservatórios Morro Vermelho e Céu Azul, informa-se que é um dos projetos estruturantes previstos no Termo de Compromisso assinado em 07/02/2020, que prevê a elaboração dos estudos de viabilidade técnica-ambiental e projetos básicos. O cronograma apresentado pela VALE S.A prevê a conclusão dos projetos básicos desta adutora para outubro de 2021, quando então serão conhecidos os valores e o prazo das obras;

II. Requerimento de Comissão nº: 735/2020

Objetivo: Obter informações sobre Termo de Compromisso firmado entre Ministério Público do Estado de Minas Gerais e VALE S.A., com interveniência da AECOM Do Brasil LTDA., o Estado de Minas Gerais, da COPASA e do Ministério Público Federal, em 08 de julho de 2019, e ainda referente ao ofício emitido pela COPASA Nº 070/2020 - UNMT.

Pontos principais da resposta da COPASA:

- O novo cronograma apresentado pela VALE S.A para as obras da nova captação de água no rio Paraopeba prevê para 31/12/2020 o início do comissionamento com vazão inicial mínima de 1,0 m³/s, por meio de um sistema provisório de bombeamento. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021, o sistema deverá ser ampliado gradualmente, de forma definitiva, até atingir a vazão final de recalque de 5,0 m³/s para a Estação de Tratamento de Água do Sistema Rio Manso. A partir de fevereiro, está previsto o início do período de operação assistida, com previsão de conclusão até o mês de abril de 2021;
- Em relação à situação do abastecimento de água no município de Belo Horizonte, especificamente nos últimos dois meses, informa-se que a elevação da temperatura associada à baixa umidade do ar, resultou em um aumento de aproximadamente 15% no consumo médio de água na RMBH, o que causou certo desequilíbrio no macro sistema de distribuição e, por conseguinte, algumas ocorrências de falta d'água em regiões pontuais de Belo Horizonte, como foi verificado nos bairros Alto Caiçara e Aglomerado da Serra.



Diante deste cenário, a COPASA intensificou suas estratégias operacionais, visando à manutenção da perenidade do abastecimento através da realização de, por exemplo, manobras operacionais, obras emergenciais para integração de redes e aumento de bombeamento regionalizado;

- Quanto ao atraso na implantação pela VALE S.A da Nova Captação no Rio Paraopeba, ressalta-se que, em função dos grandes índices pluviométricos observados na RMBH no final de 2019 e início de 2020, houve expressiva recuperação e vertimento dos três reservatórios que compõem a bacia do Paraopeba, o que confere à COPASA maior garantia de disponibilização de água para a população até que esta obra seja concluída e a captação entre em operação.

Pontos principais da resposta da VALE S.A.:

- O cronograma original para implantação de nova captação de água do rio Paraopeba, a 12 Km acima da captação da COPASA, com prazo de entrega até setembro de 2020, foi bastante agressivo devido ao caráter emergencial, prevendo, inclusive, grande parte das atividades em período de chuva. Por este motivo e contrariando as melhores literaturas para implantação de projetos, não foi possível considerar nenhuma contingência ou prévia avaliação para absorção de qualquer evento imprevisível;
- Desde o rompimento da barragem, a empresa tem realizado diversas ações para mitigar, reparar e ressignificar as comunidades e as vidas das pessoas impactadas, tendo adotado a mesma postura no que diz respeito ao cumprimento do acordado em relação à Nova Captação de Água do rio Paraopeba, inclusive no que concerne ao cumprimento das especificações técnicas e do prazo;
- Embora a VALE S.A tenha tomado todas as ações cabíveis para mitigar qualquer impacto no cronograma da obra, a ocorrência de diversos eventos, em especial no ano de 2020, acabou por impactar negativamente o cumprimento dos prazos originalmente pactuados;
- A pedido do Ministério Público, a Vale concordou com o início do comissionamento com vazão de 1,0 m³/s no mês de dezembro de 2020, mesmo que por meio de sistema provisório, sendo este crescente até a conclusão das obras



definitivas da Nova Captação e atingimento da capacidade nominal de 5,0 m³/s até fevereiro de 2021.

5 Conclusão e Encaminhamentos

O acompanhamento do acordo realizado entre a Vale e a justiça de Minas Gerais se faz essencial, vimos que o prazo estabelecido para a entrega da nova fonte de captação no rio paraobepas não foi cumprido e a cidade permanece em risco, dependemos das chuvas e podemos sofrer racionamentos e falta de abastecimento hídrico em Belo Horizonte e região metropolitana.

Devido à pandemia esta comissão não conseguiu proceder com todas as diligências necessárias para estudo e acompanhamento dos trabalhos. Infelizmente tivemos respostas inócuas e lacônicas dos órgãos públicos e neste momento endossamos a necessidade de informações e a seriedade do assunto, a 3ª maior capital do País não pode ficar sem resposta e sem previsão.

O mais importante é entregar para a sociedade o máximo realizado, a comissão precisa encerrar nesta legislatura e dentro das condições impostas pelo ano de 2020 buscamos acompanhar os encaminhamentos dados pela CPI Barragens e ainda iniciamos novos debates acerca de minerações irregulares.

O trabalho não se encerra aqui, cobraremos das autoridades competentes as devidas informações até que a Vale garanta a segurança hídrica de nossa cidade e região metropolitana.

- Diante disso propomos que o presente relatório seja encaminhado à Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e ainda solicitamos que o órgão mantenha a Câmara Municipal de Belo Horizonte informada acerca dos novos prazos e andamento das obras, compromissos e medidas previstas no Termo de Compromisso firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Vale S.A, com interveniência da Aecom do Brasil LTDA, do Estado de Minas Gerais, da Copasa MG e do Ministério Público Federal, em 08 de julho de 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

- Que o presente relatório também seja encaminhado à Promotoria de Meio Ambiente para que seja dado prosseguimento quanto as denúncias postas sobre a mineração irregular na região Taquaril e Serra do Curral.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2020


Vereador Irlan Melo
Relator